

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	2
DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA.....	2
CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S).....	2
CRECEBIMENTO, E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOC. PARA A HABILITAÇÃO.....	2
SEÇÃO I - DO OBJETO.....	3
SEÇÃO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	3
SEÇÃO III - METODOLOGIA DE FORNECIMENTO DO OBJETO.....	3
SEÇÃO IV - PEDIDO (S) DE IMPUGNAÇÃO E ESCALRECIMENTO AO EDITAL.....	4
SEÇÃO V - DA VINCULAÇÃO.....	4
SEÇÃO VI - DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	4
SEÇÃO VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	5
SEÇÃO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	6
SEÇÃO IX - DO CREDENCIAMENTO/ENVIO DE PROPOSTAS.....	6
SEÇÃO X - DOS BENEFÍCIOS DAS MEs, EPPs E EQUIPARADAS.....	7
SEÇÃO XI - DA FORMA DE APRESENT. DA PROSPOTA E DOCUM. PARA HABILITAÇÃO.....	7
SEÇÃO XII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	8
SEÇÃO XIII - DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO.....	8
SEÇÃO XIV - DO (S) RECURSO (S).....	9
SEÇÃO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	9
SEÇÃO XVI - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	10
SEÇÃO XVII - DAS ALTERAÇÕES.....	10
SEÇÃO XVIII - DA PUBLICIDADE DO (S) CONTRATO (S).....	10
SEÇÃO XIX - DO REAJUST. E DA MANUT. DO EQUIL. ECON.-FINANC.....	11
SEÇÃO XX - DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
SEÇÃO XXI - DO PAGAMENTO.....	12
SEÇÃO XXII - DA SUBCONTRATAÇÃO.....	13
SEÇÃO XXIII - DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS.....	13
SEÇÃO XXIV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	14
SEÇÃO XXV - DOS CASOS OMISSOS.....	14
SEÇÃO XXXVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
SEÇÃO XXVII - DO FORO.....	15
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.....	16
ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	26
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	27
ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	28

AVISO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2024

EXCLUSIVO PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06 E EQUIPARADAS

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, leva ao conhecimento dos interessados que fará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fundamento no **artigo 75, inc. II e 2º e 3º, art. 23, inc. IV, todos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021**, no que couber a LC nº 123 de 14/07/00, e LC 147, de 07/08/14, e mediante as condições mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.

DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Para dar publicidade ao ato, este edital será publicado, no site oficial do Consórcio CISVERDE - <http://www.cisverde.mg.gov.br>, nos termos da Lei n. 14.133/2021, concomitante com o Decreto nº. 006/2024, de 03/06/2024.

CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S)

Este edital estará à disposição, podendo ser acessado pelos interessados, pelo site Oficial do Consórcio - [cisverde.mg.gov.br](http://www.cisverde.mg.gov.br). Informações pelo telefone: (032) 3741-3313 e/ou pelo e-mail: cisverdlicitacao@yahoo.com.

CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOO PARA HABILITAÇÃO

O acolhimento de propostas adicionais para o objeto em referência será por meio do endereço eletrônico e-mail: cisverdlicitacao@yahoo.com. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação Sr. Marco Antonio da Silva e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA Nº. 001/2024, de 16/01/2024**.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 8:00 hs do dia 06/06/2024 até às 8:00 hs do dia 11/06/2024

ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA (S): cisverdlicitacao@yahoo.com

SEÇÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE DE PROPOSTA (S): 8:00 hs do dia 11/06/2024

Carangola, 3 de junho de 2024

Marco Antonio da Silva - Agente de Contratação
Portaria nº 001, de 16/01/2024
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. Edital de dispensa de licitação visando à contratação de **prestação de serviços de locação de software de Processo Eletrônico, incluindo a disponibilização de consultoria para a elaboração de processos em formato eletrônico e disponibilização de ferramenta (diário oficial eletrônico) customizada para a divulgação de atos oficiais do CISVERDE, de acordo com a Lei Federal nº 14133/2021**, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

SEÇÃO II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar desta dispensa de licitação pessoas **JURÍDICAS** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto em referência, devendo **credenciar-se** previamente com envio de proposta para o endereço eletrônico e-mail: **cisverdelicitacao@yahoo.com**, desde que esta atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
3. A participação na presente dispensa será feita mediante apresentação de proposta por prestador/fornecedor atuantes no objeto em questão e que não se enquadrem em situações legais ou impeditivas por sanção de contratar com o Poder Público.
4. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio é justificada, uma vez que as aquisições/prestações de pequenos vultos não são atraentes para grandes empresas. É comum que as empresas de pequeno e médio porte se apresentem com o mínimo necessário em termos de qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos desse tipo.

Subseção II.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA DISPENSA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

5. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
7. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

8. A prestação de serviços objeto deste edital será conforme as condições contidas estabelecidas no termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos que originar o contrato administrativo, consoante o § 2º do art. 89 da Lei n.º 14.133/2021.
9. A prestação de serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem fornecidos em decorrência deste contrato. Nos casos que apresentarem defeitos deverão ser rejeitados e substituídos, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

10. A execução do objeto deverá ser rigorosamente conforme as especificações e demais elementos técnicos relacionados a prestação de serviços, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

SEÇÃO IV - PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E ESCALRECIMENTO DO EDITAL

11. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido, através do endereço eletrônico e-mail: cisverdelicitacao@yahoo.com, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
12. A resposta à solicitação ou pedido de esclarecimento será respondido por e-mail e publicada pelo Agente de Contratação em sítio eletrônico oficial do Consórcio site oficial, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
13. A petição deverá ser assinada pela impugnante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, nº. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).
14. Sendo acolhida a impugnação ao Edital, e realizada as alterações se necessárias, será definida nova data para a realização do certame, com publicidade realizada pelos mesmos veículos utilizados anteriormente.
15. Ressalta-se, que este Edital prevê, minuciosamente, o procedimento a ser observado pelo (a) licitante, atendendo as dúvidas de caráter técnico legal na interpretação de seus termos. **A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições, nos termos do ordenamento jurídico vigente, implica na sua aceitação automática, integral e irrevogável**, motivo por que, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.
16. O prazo para questionamentos será o tempo estipulado para a apresentação de propostas. Nesses termos, haverá a preclusão de atos posteriores, quando não mais poderão ser praticados, devendo ser considerados atos posteriores como incompatíveis com o já realizado.

SEÇÃO V - DA VINCULAÇÃO

17. Nos Termos da Lei 14.133/2021, fica ratificada a vinculação dos licitantes ao presente Edital, compreendendo não apenas as suas disposições textuais, mas também os anexos, onde são incluídas especificações técnicas, critérios de julgamento e demais informações relevantes para a participação no certame assim, como a devida execução do objeto licitado. Outrossim, vinculam-se a este Edital, independente de transcrição:

ANEXO I	Termo de Referência - TR
ANEXO II	Declaração UNIFICADA
ANEXO III	Modelo de Proposta
ANEXO IV	Minuta de Contrato

SEÇÃO VI - DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

18. DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo Agente de Contratação do Consórcio, sr. Marco Antonio da Silva, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.

19. DO FISCAL DO CONTRATO - A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do servidor Agente de Contratação do Consórcio, sr. Marco Antonio da Silva e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
20. O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
22. Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante termo detalhado, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, notificará a contratada, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
23. DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do contrato administrativo será de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 105 c.c 106, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s).
 - a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

SEÇÃO VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
25. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas neste instrumento contratual, bem as especificações constantes na proposta apresentada, edital e demais anexos, incluindo a preservação de **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação**.
26. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser fixado pelo contratante, qualquer identificação de vícios, defeitos ou incorreções, na prestação de serviços, devendo responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devendo ainda:
 - a) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - b) Sob pena de infração contratual fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no decorrer da prestação de serviços.
 - b) O **CONTRATANTE** ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

- a) A **CONTRATADA** deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como, manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação de serviços;
27. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

Subseção VII.1 – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº. 14.133/2021)

28. Demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

SEÇÃO VIII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

29. O regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.
30. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, oferecendo todas as condições e informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa realizar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência edital e anexo;
31. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no instrumento contratual.
32. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

SEÇÃO IX – DO CREDENCIAMENTO/ENVIO DE PROPOSTAS

33. A Dispensa de licitação será realizada em sessão pública, observados as determinações da lei de licitações e contratos da administração pública, Lei n.º 14.133/21.
34. Para o envio de proposta, será aberto o prazo de 03 (três) dias, para que empresas interessadas no objeto da dispensa, possam apresentar propostas adicionais, de eventuais outros interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, as quais serão recebidas pelo setor de licitações e contratos do consórcio através de protocolo, ou pelo e-mail: cisverdelicitacao@yahoo.com, ademais:
- a) Não serão aceitas propostas enviadas através de mensagens de aplicativos como o WhatsApp;
- b) A participação de proponente interessado no objeto se confirmará com o protocolo no setor de licitações do Consórcio, ou pelo envio da proposta via e-mail, dentro do prazo concedido neste edital.
- c) Após o término do prazo estabelecido para o recebimento de propostas, haverá o seu encerramento e será iniciada a fase de julgamento da (s) proposta (s).
- d) Encerrada a fase de apresentação de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, considerando o menor dos preços obtidos será escolhido o fornecedor/prestador que estará classificado a fase de envio e análise dos documentos de habilitação.

35. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
36. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no site oficial do consórcio durante a duração da Dispensa de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Consórcio.

SEÇÃO X – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO AS “MEs” E “EPPs E EQUIPARADAS”

Arts. 42 à 49 da LC nº. 123, de 14/12/2006

37. As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, ou equiparada, definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que forem elegíveis aos benefícios da Lei Complementar **DEVERÃO ENTREGAR, INDEPENDENTE DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO:** a) Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**: comprovação da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, b) **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, vigente e c) **No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA À ME OU EPP**, deverá comprovar de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, e apresentar Declaração unificada, conforme os incisos I e II do art. 3º, bem como de que não possuem nenhum dos impedimentos constantes do § 4º, do art. 3º, da LC 123 (**modelo Anexo II – DECL. UNIFICADA**).
- a) **DEVERÁ APRESENTAR** toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal**, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº. 123/2006.
- b) Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, **será assegurada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento** em que a ME ou EPP for declarada habilitada no certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão, para regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- I- A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Setor de Licitações. A não apresentação implica na **RENÚNCIA** ao direito de aplicação da Lei Complementar.

SEÇÃO XI – DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

38. A abertura da sessão pública desta Dispensa de licitação, conduzida pelo **Agente de Contratação**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.
39. Aberta a seção pública para análise das propostas apresentadas, entendendo aquelas utilizadas para a realização do processo, assim como aquelas adicionais advindas de e-mail ou protocoladas direto na sede do Consórcio, após escolhida a proposta mais vantajosa será solicitado da proponente no prazo máximo de 3 horas improrrogáveis os documentos para a habilitação.

Subseção XI.1 - REQUISITOS DAS PROPOSTAS

40. A licitante deverá enviar sua proposta nos moldes do modelo de propostas anexo III deste edital, em caso de faltar informações ali contidas estará desclassificada e será repassada para a proponente remanescente.

41. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
42. A desclassificação de proposta deverá ser sempre fundamentada e registrada em ata.
43. Qualquer interessado poderá no dia e hora para a realização de análise das propostas participarem da seção pública da dispensa.

SEÇÃO XII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

44. O critério de desempate será aqueles estabelecidos no art. 60, § 1º, incisos II, III e IV da Lei n.º 14.133/2021.

SEÇÃO XIII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

(Capítulo VI, artigos 62 e seguintes da L. N. 14.133/2021)

45. Para ser declarado vencedor e habilitado o proponente que apresentar melhor proposta, terá que comprovar no prazo de 3 horas após a solicitação do agente de contratação, por e-mail ou entregue na sede do Consórcio, documentos que comprovem os requisitos para habilitação, com a apresentação de: Declaração Unificada, de acordo com o art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/21; Habilitação jurídica, de acordo com o art. 62, inc. I, da Lei n.º 14.133/21; Habilitação fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 62, inc. III, c/c art. 68, incs. I, III, IV, V e VI, ambos da Lei n.º 14.133/21; e Habilitação econômico-financeira, de acordo com o art. 62, inc. IV, c/c art. 69, inc. I e II, ambos da Lei n.º 14.133/21.
46. Os Documentos exigidos para a habilitação, nos termos do Capítulo VI, artigos 62 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, são:

a)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor;
b)	Cópia de documentos do Sócio Administrador, ou do Procurador com procuração.
c)	Cadastro nacional das pessoas jurídicas do ministério da fazenda – CNPJ;
d)	Regularidade para com a fazenda pública federal;
e)	Regularidade para com a fazenda pública municipal;
f)	Regularidade para com a fazenda pública estadual;
g)	Regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS;
h)	Regularidade com a justiça do trabalho
i)	Declaração unificada

47. Concluída a análise de habilitação da proponente detentora da proposta mais vantajosa, o processo será remetido ao órgão jurídico para manifestação, sendo, na sequência, remetidos os autos ao Secretário Executivo para fins de Adjudicação e Homologação ou para Revogação e Anulação quando for o caso.

Subseção XIII.1 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

48. O Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item.

49. É facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

SEÇÃO XIV – DO (S) RECURSO (S)

Arts: de 165 a 168, da Lei n. 14.133/21

50. Considera-se o prazo recursal as 2 horas posteriores a publicação do resultado do proponente vencedor e habilitado, no site oficial do Consórcio.
- a) A publicação do resultado desta dispensa será no site oficial do Consórcio CISVERDE, sítio eletrônico: <http://www.cisverde.mg.gov.br/>, até às 14 horas do dia estipulado para a análise das propostas.
- b) Salvo motivo justificado o prazo de publicação poderá ser alterado e conseqüente o prazo para a intenção recursal.
- c) Após o prazo do caput deste artigo, poderá ser protocolizado o recurso através do endereço eletrônico e-mail: cisverdelicitacao@yahoo.com ou por protocolo direto na sede do consórcio, nos termos da Lei nº. 14.133/2021;
- d) Preclui o direito de recurso aquele que não o fizer nos termos deste artigo.
51. Havendo manifestação, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso fundamentadamente. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso¹, a falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará em decadência.
52. A decisão do recurso será por e-mail e publicado pelo Agente de Contratação em sítio eletrônico oficial do Consórcio site oficial, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
53. A petição deverá ser assinada pelo recorrente, devendo conter a indicação de sua razão social, nº. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social se sócio e contrato social e procuração se procurador, somente procuração se pública).
54. As razões do recurso de que trata o item 109 deverá (ão) ser apresentada (s) no prazo de até 3 (três) dias.
55. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

56. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos nos recursos administrativos, uma vez, inexistindo manifestação recursal ou decidida os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

¹ Juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014 – Plenário.

57. Em havendo recurso, o Agente de Contratação receberá, analisará e encaminhará a autoridade superior, se for o caso, nos moldes do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021;
58. A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

SEÇÃO XVI – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, “d”, da Lei nº. 14.133/2021)

59. Homologado o procedimento licitatório, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato (**Modelo Anexo IV**) no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for convocada para firmar o Contrato Administrativo, que terá as condições, obrigações e responsabilidades das partes decorrentes deste procedimento licitatório. A convocação será feita mediante correspondência eletrônica (e-mail).
60. No caso de o Proponente vencedor possuir assinatura digital certificada, será enviado o Contrato via correspondência eletrônica, a qual deve ser respondida com o documento assinado digitalmente, no prazo estipulado.
61. A proponente vencedora que, convocada para assinar o Contrato Administrativo, e não o fizer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem motivação e/ou justificativa aceita pela administração, decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na forma do artigo 90 da Lei nº. 14.133/2021, assim como a indenização por perdas e danos à Administração e demais cominações legais pertinentes.
62. Na hipótese de ocorrência da situação indicada neste item, será convocado proponente remanente, observada a ordem de classificação, para celebração do Contrato, e assim sucessivamente.

SEÇÃO XVII – DAS ALTERAÇÕES

63. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
64. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
65. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
66. Alterações que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizadas por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
67. Não poderá haver alterações nos termos e valores do contrato administrativo oriundo deste edital.

SEÇÃO XVIII – DA PUBLICIDADE DOS CONTRATOS

68. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.
69. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

SEÇÃO XIX – DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILBRÍO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

70. Via de regra os preços serão fixos e irrevogáveis até o **interregno de 1 (um ano)**, estando a data-base vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado a licitante vencedora.
71. Mediante expresso pedido da **CONTRATADA** os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido interregno de um ano da data do Termo de Consolidação do Contrato Administrativo.
72. **SOB PENA DE PRECLUSÃO, O DIREITO AO REAJUSTE DEVERÁ SER PLEITEADO PELA CONTRATADA ANTES:** I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente; II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual e III - do encerramento do contrato.
73. O prazo previsto neste instrumento somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da **CONTRATADA**, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

Subseção XIX.1 – DA REACTUAÇÃO (CASO EXCEPCIONAL)

74. Será **admitida a reactuação de preços**, com vistas à adequação ao preço de mercado desde que: i) seja observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos para os quais a proposta referir; e ii) seja **demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada**, nos termos do art. 25, §7º, e arts. 107 e 131, parágrafo único, ambos da Lei nº 14.133/2021.
75. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão;
76. Em hipótese excepcional junto ao pedido de reequilíbrio deverá ser apresentada ao contratante, **DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA E COMPROVAÇÃO**, pela **CONTRATADA**, da variação dos preços dos itens da planilha de custos do contrato.
77. Quando o pedido de reactuação fundar-se no aumento dos custos com mão de obra, a **CONTRATADA** deverá anexar ao seu requerimento à cópia do acordo coletivo e/ou convenção coletiva de trabalho (ou documento equivalente) que comprove o efetivo aumento de sua despesa com pessoal.
78. Por fim, o TCU, inclusive já se manifestou a este respeito: “**NOTAS FISCAIS DE FORNECEDORES DA CONTRATADA SÃO INSUFICIENTES**, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” *Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes:*
79. Como critério de reajuste, a empresa deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

80. As repactuações a que o contrato fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
81. A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

SEÇÃO XX – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

82. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento do objeto contratado proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) do **CISVERDE**, abaixo exposta (s):

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.06.04.04.122.0007.33.90.40.236.00	236	1.500.00	OUTRO. SERV. TERC. P. JURÍDICA

SEÇÃO XXI – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g” e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

83. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega da nota fiscal, bem como do aceite do objeto pelo fiscal do contrato, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Consórcio. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, respeitado as regras estabelecidas em Edital e seus anexos.
- a) Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
84. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: **cisverde.contratos@yahoo.com** e/ou **contabilidadecisverde@yahoo.com.br**.

Subseção XXI.1 – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE

(Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021)

85. Os documentos referentes à regularidade Fiscal e Trabalhista devem serem apresentados para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos.

Subseção XXI.2 – DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE, OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NA FORMA DA LEI.

86. Caso a **CONTRATADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.
87. Poderá o **CONTRATANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

88. A **CONTRATADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
89. Caso a **CONTRATADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CONTRATANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

SEÇÃO XXII – DA SUBCONTRATAÇÃO

90. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto da subcontratação.
91. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incube avaliar se o subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

SEÇÃO XXIII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 155, da Lei nº. 14.133/2021)

92. **CONTRATADA** ficará sujeita **pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, assim como seus demais anexos, às penalidades de ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com base no art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021 **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**, nos termos, arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021, observada as pactuações do contrato administrativo - sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula XXIII.1 – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021)

93. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais.
- a) A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Subcláusula XXIII.2 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

94. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais**, que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses**; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.**
95. As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital, as penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências

serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

Subcláusula XXIII.3 – DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)

96. É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei Nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento poderá ser anulado o contrato administrativo.

SEÇÃO Subcláusula XXIII.4 – DA EXTINÇÃO E RECISÃO DO CONTRATO

(Arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

97. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada** nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as condições expostas no inciso I e seguintes do artigo 137, da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021.
98. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
99. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

SEÇÃO XXIV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

100. Será reaberta a sessão nas hipóteses de provimento de recursos que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
101. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43. §1º da LC nº 123/06, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
102. Nestas hipóteses de anulação, todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

SEÇÃO XXV – DOS CASOS OMISSOS

103. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

SEÇÃO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

104. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
105. **Documentos de que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados ou subentendidos como dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do certame, com exceção do atestado de capacidade técnica.**

106. Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.
107. Esta Dispensa Eletrônica poderá ter a data de abertura pública transferida por conveniência do Consórcio, sem prejuízo dos prazos mínimos de apresentação de propostas e lances, dispostos no art. 55, da Lei nº. 14.133/2021, assim como ser revogado por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.
108. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
109. **BASE TERRITORIAL DO CONSÓRCIO MUNICÍPIOS:** Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Carangola, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Manhuaçu, Manhumirim, Matipó, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Santa Margarida e Tombos.
110. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

SEÇÃO XXVII - DO FORO

111. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Carangola, 03 de junho de 2024.

Marco Antonio da Silva - Agente de Contratação

Portaria nº 001, de 16/01/2024

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**

EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2024

TERMO DE REFERÊNCIA – TR (ANEXO I)

2. Instrumento que visa estabelecer de forma detalhada a necessidade, requisitos técnicos e condições para a execução do contrato administrativo. Enfatiza a importância de planejamento adequado, definição precisa do objeto, critérios objetivos de julgamento, estimativas de custos, prazos e formas de execução. Este Termo de Referência, portanto, garante transparência, eficiência e eficácia na contratação, proporcionando uma gestão mais responsável do recurso público.

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

3. Trata-se o presente Termo de Referência de procedimento visando dar relevância e um planejamento adequado, com uma definição precisa do objetivo, critérios objetivos de julgamento, estimativas de custos, prazos e formas de execução. Dessa forma, este Termo de Referência garante a transparência, eficiência e eficácia na contratação, permitindo uma gestão mais responsável do recurso público.
4. O presente termo de referência tem como objetivo fornecer informações para a definição do objeto e das condições para a contratação de software para licitações eletrônicas, incluindo: a) consultoria técnica, b) suporte técnico e c) consultoria técnica para os processos administrativos realizados na plataforma de acordo com a legislação vigente. A fim de observar as peculiaridades da demanda apresentada por esta Administração e o objeto a ser contratado. Dessa forma, o estudo em questão apresenta-se sob a ótica dos princípios fundamentais da contratação para o objeto em questão, de forma clara e objetiva.

SEÇÃO II – OBJETO²

5. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software de Processo Eletrônico, incluindo a disponibilização de consultoria para a elaboração de processos em formato eletrônico e disponibilização de ferramenta (diário oficial eletrônico) customizada para a divulgação de atos oficiais do CISVERDE, de acordo com a Lei Federal nº 14133/2021 e conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

Subseção II.1 – SINOPSE DE VALORES DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO	VLR. UNI.	VLR. TOT.
CONFORME EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS	R\$ 2.191,00	R\$ 15.337,00
VALOR TOTAL: quinze mil trezentos e trinta e sete reais		

SEÇÃO III – SOLUÇÃO COMO UM TODO – JUSTIFICATIVA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

6. O presente termo de referência tem como objetivo fornecer informações para a definição do objeto e das condições para a contratação de software para licitações eletrônicas, incluindo: a) consultoria técnica, b) suporte técnico e c) consultoria técnica para os processos administrativos realizados na plataforma de acordo

² Súmula 177, do TCU: “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição.”

com a legislação vigente. A fim de observar as peculiaridades da demanda apresentada por esta Administração e o objeto a ser contratado. Dessa forma, o estudo em questão apresenta-se sob a ótica dos princípios fundamentais da contratação para o objeto em questão, de forma clara e objetiva.

7. A contratação ora almejada propiciará maior transparência e agilidade na condução de atos administrativos, bem como possibilidade da aplicabilidade do disposto no art. 12, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
8. Com o serviço almejado será possível definir mecanismos de formalização e adoção de minutas padrão de documentos administrativos para a padronização e maior segurança na prática dos atos administrativos;
9. Justifica-se também pela necessidade na contratação de plataforma privada para a celebração de Processos em formato Eletrônico considerando que no presente momento o consórcio CISVERDE, não possui capacidade técnica e operacional para a implantação do Processo Eletrônico SEI (Sistema Eletrônico de Informações) desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), dada a complexidade de implantação e infraestrutura necessárias;
10. O presente termo de referência se refere à contratação fundamentada no art. 75 II da Lei Federal nº14133/2021, dessa forma:
 - a) Foi realizada prévia pesquisa de mercado junto à preços praticados por outros órgãos da administração pública, dessa forma e após definido valor de referência, deverão ser consultados Cadastrados ou Prestadores de serviços da mesma natureza deste Termo de Referência para que apresentem suas Propostas. Após a apresentação das Propostas deverá ser contratado aquele que propôs menor valor desde que inferior ao menor apurado na pesquisa de mercado.

SEÇÃO IV – OBJETIVO - (Art. 11, Lei nº 14.133/2021)

11. O objetivo do consórcio ao contratar um software de pregões eletrônicos com assessoria técnica em licitações públicas é múltiplo e estratégicos:
 - a) **EFICIÊNCIA E AGILIDADE:** Implementar um software de pregões eletrônicos agiliza os processos de compra e contratação, tornando-os mais rápidos e eficientes. Isso é particularmente importante para consórcios intermunicipais, que podem ter demandas diversas e volumosas.
 - b) **TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL:** O uso de um software especializado assegura que os processos licitatórios cumpram rigorosamente as normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021, promovendo maior transparência e reduzindo o risco de fraudes e irregularidades.
 - c) **ECONOMIA DE RECURSOS:** A automação dos processos de pregão eletrônico pode resultar em economia de recursos, tanto financeiros quanto humanos, ao minimizar a necessidade de intervenções manuais e reduzir os custos operacionais.
 - d) **ASSESSORIA TÉCNICA:** A assessoria técnica em licitações públicas garante que os servidores do Consórcio tenham suporte especializado para lidar com as complexidades dos procedimentos licitatórios. Isso inclui orientação sobre a elaboração de editais, análise de propostas e cumprimento de requisitos legais, além de apoio na utilização eficaz do software.
 - e) **CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:** O consórcio intermunicipal pode beneficiar-se da capacitação oferecida pela assessoria técnica, aprimorando as habilidades dos servidores envolvidos no processo licitatório e promovendo uma cultura de melhoria contínua na gestão pública.



- f) **INTEGRAÇÃO E COLABORAÇÃO:** O software e a assessoria técnica facilitam a integração e a colaboração entre os municípios que compõem o consórcio, permitindo um alinhamento de práticas e estratégias que podem levar a melhores resultados coletivos.
- g) A contratação de um software de pregões eletrônicos com assessoria técnica em licitações públicas visa melhorar a eficiência, a transparência e a economia nas contratações, além de fornecer suporte especializado e promover a capacitação dos envolvidos nos processos licitatórios.

SEÇÃO V – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

- 12. A contratação de um software de licitações eletrônicas é fundamentada na necessidade de modernizar, agilizar e tornar mais eficientes os processos de contratação pública, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133/2021. Esta legislação atualizada exige maior transparência, controle e eficiência nas licitações, objetivos que são facilitados pelo uso de tecnologias avançadas. A implementação desse software também se alinha aos princípios de economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, fundamentais na administração pública.
- 13. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**
 - a) **MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS:** A automação dos pregões eletrônicos reduz significativamente a burocracia e os tempos de processamento, permitindo que os municípios membros do consórcio realizem contratações de maneira mais ágil e eficiente.
 - b) **TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL:** A plataforma garante que todas as etapas do processo licitatório estejam em conformidade com a legislação vigente, promovendo a transparência e minimizando riscos de irregularidades e fraudes.
 - c) **REDUÇÃO DE CUSTOS:** A utilização do software diminui os custos operacionais ao reduzir a necessidade de processos manuais e papéis, além de potencializar a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente devido à maior competitividade dos pregões eletrônicos.
 - d) **APOIO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA:** O serviço de assessoria técnica associado ao software oferece suporte especializado, garantindo que os servidores municipais estejam bem preparados para conduzir licitações complexas, desde a elaboração de editais até a análise de propostas.
 - e) **INTEGRAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS:** A plataforma facilita a cooperação entre os municípios integrantes do consórcio, permitindo a padronização dos procedimentos licitatórios e o compartilhamento de melhores práticas.
 - f) **EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** Com funcionalidades específicas para gestão de licitações, o software otimiza a organização e o controle dos processos, oferecendo ferramentas de monitoramento e relatórios detalhados que auxiliam na tomada de decisões informadas.
 - g) Em síntese, a contratação de um software de licitações eletrônicas é essencial para garantir uma gestão pública mais eficiente, transparente e econômica, atendendo às exigências legais e fortalecendo a capacidade administrativa do Consórcio.

SEÇÃO VI - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, “a” e “i” e XXIII, alínea ‘d e h’, ambos da Lei n. 14.133/2021)

14. Prestar os serviços listados em **estrita conformidade com as determinações descritas neste termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexos**, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou indiretamente, ao contratante ou a terceiros, respondendo por quaisquer danos que por sua culpa ou dolo venham a ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, durante a prestação de serviços do objeto, inclusive pelos atos praticados pelo seu funcionário, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do Consórcio.
15. **Após a publicação do resultado do certame e homologado o processo licitatório**, a licitante vencedora será convocada para assinar o respectivo Contrato, podendo enviar representante habilitado presencialmente, ou o Departamento de licitação poderá enviar o contrato para ser assinado no endereço eletrônico informado, devendo ser assinado e devolvido ao Consórcio, ou através de correspondência registrada, com postagem em no máximo 05 dias após o recebimento do e-mail caso seja assinado manualmente. No caso da licitante vencedora possuir assinatura digital certificada, será enviado o Contrato via correspondência eletrônica, a qual deve ser respondida com o documento assinado digitalmente, no prazo estipulado.
16. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
17. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, observado o regramento do artigo 20 da Lei n. 14.133/21.
18. O objeto desta contratação NÃO se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Subseção VI.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA DISPENSA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS

19. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
20. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
21. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

SEÇÃO VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei n.º 14.133/2021)

22. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).



23. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas neste instrumento contratual, bem as especificações constantes na proposta apresentada, edital e demais anexos, incluindo a preservação de **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação**.
24. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser fixado pelo contratante, qualquer identificação de vícios, defeitos ou incorreções, na prestação de serviços, devendo responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devendo ainda:
- c) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - d) Sob pena de infração contratual fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no decorrer da prestação de serviços.
 - b) O **CONTRATANTE** ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - b) A **CONTRATADA** deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como, manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação de serviços;
25. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

Subseção VII.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº. 14.133/2021)

26. **CARACTERÍSTICAS DO SFTWARE:**
- a) A ferramenta deve oferecer acesso tanto local (no computador) quanto em nuvem.
 - b) Deve operar independentemente da disponibilidade de internet no caso de uso local.
 - c) Deve possuir acesso com usuário e senha, permitindo o cadastro de perfis de usuário com diferentes níveis de acesso.
 - d) Deve permitir acesso de qualquer computador no caso de utilização de banco de dados em nuvem.
 - e) Deve possibilitar o cadastro de grupos de documentos com a criação de subgrupos.
 - f) Deve incluir um gerenciador de documentos com opções de busca por arquivos.
 - g) Deve oferecer um editor de imagens digitalizadas com funcionalidades para corrigir rotação, remover bordas e alinhar.
 - h) Deve permitir a exportação para PDF e PDF/A pesquisável.



- i) Deve permitir a exportação para JPEG, BMP e TIF.
 - j) Deve incluir um compactador de arquivos PDF.
 - k) Deve ser capaz de operar em servidor de dados, permitindo o compartilhamento do banco de dados entre diferentes computadores interligados em rede.
- 27. CONSULTORIA TÉCNICA:**
- a) Deve ser fornecida consultoria técnica para a elaboração de normas e regulamentos internos que adaptem o funcionamento da ferramenta aos processos eletrônicos conforme os regulamentos do órgão contratante.
- 28. SUPORTE TÉCNICO:**
- a) O fornecedor deve disponibilizar suporte técnico sempre que necessário via WhatsApp, e-mail, acesso remoto e telefone.
 - b) Deve ser oferecido treinamento para os servidores responsáveis pela utilização do software, no uso da ferramenta de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, devendo ser oferecido treinamento na inclusão de arquivos devidamente digitalizados na ferramenta de Gerenciamentos Eletrônicos.
 - c) Deve ser realizada a manutenção e atualização da ferramenta de Gerenciamento periodicamente.
- 29. RESPONSABILIDADE PELO TREINAMENTO:**
- a) Todas as atividades de treinamento dos servidores do XXXXX para a verificação, organização, tratamento e inclusão dos arquivos na ferramenta de Gerenciamento Eletrônico serão de responsabilidade do contratado.
- 30. CONSULTORIA TÉCNICA PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:**
- a) A elaboração de processos administrativos em formato eletrônico.
 - b) A criação de normas internas que regulamentem a adoção do formato eletrônico para expedição de documentos.
 - c) A elaboração de regulamentos internos para a aplicação da Lei Federal nº 14133/2021, em conformidade com processos eletrônicos.
 - d) A elaboração de minutas padrão de editais e contratos compatíveis com a adoção de processos eletrônicos.
- 31. CAPACIDADES DO SOFTWARE PARA LICITAÇÕES ELETRÔNICAS:**
- a) O software deve possuir capacidade para a tramitação de processos licitatórios em formato eletrônico, com as seguintes características:
 - I - Inclusão de documentos nos formatos PDF ou DOC.
 - II - Assinatura utilizando certificado digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil instituído pela MP 2.200-2.



- III - Possibilidade de agrupamento de documentos, criando numeração cronológica e sequencial nas páginas dos processos.
- IV - Geração de sistema de validação e conformidade utilizando chave individual gerada e incluída no rodapé de cada documento, bem como geração de QR CODE para identificação.
- V - Possibilidade de inclusão de documentos gerados pelo sistema e assinados externamente.
- VI - Bloqueio para que o documento não possa ser editado após a sua primeira assinatura.
- VII - Exportação de documentos com certificação digital, individualmente ou em grupo.

32. **DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA/SOFTWARE, PARA PUBLICAÇÕES DE ATOS INTITUCIONAIS DO CONSÓRCIO CISVERDE.**

- a) Para execução dos serviços deverá implantar e disponibilizar ferramenta/software para publicações de atos legais da administração pública do Consórcio.
- b) A ferramenta deve permitir ao Consórcio realizar as publicações diretamente na internet, com validade jurídica através de certificação ICP Brasil, dando fidelidade e segurança das informações, sem limites de páginas ou qualquer outra restrição.
- c) Deverá possuir ferramenta para pesquisa e localização dos Diários oficiais publicados anteriormente.
- d) O Diário Online deverá ser veiculado na rede mundial de computadores, sendo incorporado no endereço <http://www.cisverde.mg.gov.br/diariooficial> (ou aquele que vier a lhe substituir). Poderá o mesmo e suas edições serem acessados e consultados pelo público geral, gratuitamente, e independentemente de cadastramento ou uso de senha.
- e) As edições do Diário Online atenderão:
 - I) Aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;
 - II) Ao calendário e horários designados pela CONTRATADA e CONTRATANTE, sendo adotado o horário oficial de Brasília para fins deste contrato;
- f) Os direitos autorais das matérias publicadas no Diário Online são reservados ao CISVERDE, bem como a responsabilidade pelo conteúdo da publicação;
- g) Compete ao usuário administrador o cadastramento dos órgãos e de seus usuários, bem como das permissões quanto às funcionalidades a que cada usuário terá acesso. É de sua inteira responsabilidade a atualização do cadastro de usuários, permissões e dos órgãos junto ao Sistema.
- h) O cadastramento das matérias será realizado exclusivamente pelo Sistema de Publicações, por usuário devidamente habilitado pela Prefeitura.
- i) Junto com a ferramenta, deverá ser realizado treinamento dos servidores designados para operação da solução.



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- j) O treinamento deverá ser realizado na implantação do sistema e sempre que solicitado pelo contratante;
- k) Por se tratar de uma solução não muito complexa, o treinamento poderá ser realizado de forma eletrônica, através de sistema de vídeo conferencia ou outro método similar;
- l) O custo com treinamento deverá ser incluído na proposta de preços.
- m) Deverão ser realizados ainda suporte eletrônicos via telefone e e-mail;
- n) O profissional responsável pelo suporte eletrônico deverá ficar disponível para eventuais consultas de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, exceto feriados;
- o) Os serviços deverão ser executados nos padrões legais para os serviços, seguindo todas as normas e procedimentos, bem como deverá ter a possibilidade de assinatura dos documentos por certificação digital padrão ICP Brasil. A assinatura do documento será de responsabilidade do Consórcio;
- p) O portal do Diário Oficial disponibilizado pela contratada, deverá ser integrado ao Portal da Prefeitura, localizado no seguinte endereço: www.cisverde.mg.gov.br.
- q) No caso de alteração ou criação de legislação sobre o Diário Oficial Eletrônico, a contratada deverá realizar as alterações no sistema sem custos para o Consórcio.
- r) Todas as despesas com a execução dos serviços deverão estar inclusas no valor proposto, tais como a disponibilização de servidor para guarda e disponibilização dos documentos, bem como outras despesas, não sendo realizada nenhuma remuneração adicional pelos serviços.

SEÇÃO VIII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 33. Providenciar os recursos necessários para a execução dos serviços contratados.
- 34. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.
- 35. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.
- 36. Prestar as informações e o suporte necessários à contratada para o adequado desempenho dos serviços.
- 37. Zelar pelo interesse público e pela qualidade na execução dos serviços contratados.
- 38. Comunicar eventuais alterações ou modificações no objeto do contrato de forma clara e tempestiva.
- 39. Cumprir com todas as obrigações legais relacionadas à contratação e execução dos serviços.

SEÇÃO IX – DA FORMA DE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(Art. 6º, XXIII, alíneas 'd e h' da Lei nº 14.133/21)

- 40. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação, nos termos da Lei nº. 14.133/2021: I - Habilitação Jurídica (art. 66, da lei nº. 14.133/2021); II - Habilitação Técnica (art. 67, da lei nº. 14.133/2021); III - Habilitação Fiscal, social e trabalhista (art. 68, da lei nº. 14.133/2021); e IV - Habilitação Econômico-financeira (art. 69, da lei nº. 14.133/2021);

X- DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

41. **DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo Secretário Executivo, Sr. Sérgio Müller Miranda ou pelo Agente de Contratação, Sr. Marco Antonio da Silva, respeitado o prazo de **5 (cinco)** dias da assinatura do contrato.
42. **DO FISCAL DO CONTRATO** - A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do servidor Marco Antonio da Silva, Agente de Contratação e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
43. O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
44. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
45. Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante **termo detalhado**, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, **notificará a contratada**, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
46. **DA VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do contrato administrativo será da data de assinatura do Contrato Administrativo até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 106, § 2º c.c 107, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s), respeitada a vigência máxima decenal.
47. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

SEÇÃO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

48. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste termo de referência.
49. **DOS CASOS OMISSOS** - Os casos omissos serão decididos pelo Consórcio, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
50. **A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709, DE 14/08/2018 (LGPD)** - Será obedecida, em todos os seus termos, pela **CONTRATADA e CONTRATANTE**, obrigando-se as partes ao tratamento dos dados que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade, nos termos do art. 7º, da LGPD).
51. **DA DIVULGAÇÃO** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



52. **DA SUBCONTRATAÇÃO** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
53. **DA PROIBIÇÃO** - É proibida a participação nesta licitação ou a contratação nos termos estabelecidos pela tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais”.

SEÇÃO XII - DO FORO

54. As partes elegem o foro da Comarca de Carangola/MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste termo de referência, assim como, do Contrato Administrativo.

Carangola, 29 de maio de 2024

Marco Antonio da Silva - Agente de Contratação
Portaria nº 001, de 16/01/2024
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2024

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA

CRENCIAMENTO da empresa [inserir razão social], inscrita no CNPJ Nº. [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do Processo em epígrafe, instaurado pelo Consórcio CISVERDE, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso, ademais, sob a pena da lei, **DECLARA:**

1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
4. Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
5. Que proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
6. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
7. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
8. Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
9. Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
10. Que o Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item, e ainda é faculta ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
11. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12. **A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras editalícias e implica na aceitação automática, integral e irretroatável dos termos desse edital.** após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

EMPRESA [inserir razão social], CNPJ/MF n.º. [inserir número]

Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2024

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

Empresa [inserir razão social], inscrita no CNPJ/MF n.º [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do Processo Administrativo n.º. [inserir número] /2024, instaurado pelo Consórcio CISVERDE.

OBSERVAÇÃO: Qualificação completa do sócio responsável pela assinatura do contrato “...” e identificação da Conta para pagamento ..., Agência nº ..., Banco nº...

AO

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CISVERDE.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software de Processo Eletrônico, incluindo a disponibilização de consultoria para a elaboração de processos em formato eletrônico e disponibilização de ferramenta (diário oficial eletrônico) customizada para a divulgação de atos oficiais do CISVERDE, de acordo com a Lei Federal nº 14133/2021 e conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

VALOR MENSAL	VALOR ATÉ 31/12/2024
[discriminar o valor unitário]	[discriminar o valor total]

Validade da proposta 60 dias.

Declaramos, que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

EMPRESA [inserir razão social]
CNPJ/MF n.º. [inserir número]
Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 026/2024
VIGÊNCIA: [inserir data] À 31/12/2024

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. [inserir n.º] /2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSÓRCIO CISVERDE E A EMPRESA [inserir razão social].

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, com sede à rua Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG - CEP: 36.803-020, representado por seu Presidente, prefeito **Celson Gonçalves Antunes**, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio.

CONTRATADA: [inserir razão social], inscrita no CNPJ N.º. [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Sr. (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebra o presente instrumento, instruído pelo PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 026/2024, e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Art. 92, I, da Lei nº. 14.133/2021

1. Contratação de prestação de serviços de locação de software de Processo Eletrônico, incluindo a disponibilização de consultoria para a elaboração de processos em formato eletrônico, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO – ART. 92, INCISO V, DA LEI N.º 14.133/2021

DESCRIÇÃO	VLR. UNI.	VLR. TOT.
CONFORME EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS	R\$ [inserir valor]	R\$ [inserir valor]
VALOR TOTAL: quinze mil trezentos e trinta e sete reais		

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO, DA BASE LEGAL

Art. 92, II e III, da Lei nº. 14.133/2021

2. **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** - Fazem parte deste contrato, independente de transcrição, todos os elementos advindos do instrumento convocatório, assim como a proposta apresentada pela contratada, nos termos do art. 92, inciso II, concomitante com o 5º, ambos da Lei nº 14.133/2021.
3. **BASE LEGAL** - Lei nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável a matéria e mediante as cláusulas e condições enunciadas neste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO - Art. 92, inciso IV, da L. ne. 14.133/2021

4. A execução desta prestação de serviços será de forma indireta. Trata-se de empreitada por preço unitário, na forma do art. 6º, inciso XXIX, da Lei n.º 14.133/21. O valor a ser pago, está definido de forma fixa, neste instrumento, sendo estipulado o valor fixo mensal pela prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, incisos, X, XI, XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei n.º. 14.133/2021)

5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, art. 115, caput).
6. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas neste instrumento contratual, bem as especificações constantes na proposta apresentada, edital e demais anexos, incluindo a preservação de **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação**.
7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser fixado pelo contratante, qualquer identificação de vícios, defeitos ou incorreções, na prestação de serviços, devendo responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devendo ainda:
- e) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- f) Sob pena de infração contratual fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no decorrer da prestação de serviços.
- b) O **CONTRATANTE** ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- c) A **CONTRATADA** deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como, manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação de serviços;
8. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei n.º. 14.133/2021.

Subseção I – DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei n.º. 14.133/2021)

26. CARACTERÍSTICAS DO SFTWARE:
- a) A ferramenta deve oferecer acesso tanto local (no computador) quanto em nuvem.
- b) Deve operar independentemente da disponibilidade de internet no caso de uso local.



- c) Deve possuir acesso com usuário e senha, permitindo o cadastro de perfis de usuário com diferentes níveis de acesso.
 - d) Deve permitir acesso de qualquer computador no caso de utilização de banco de dados em nuvem.
 - e) Deve possibilitar o cadastro de grupos de documentos com a criação de subgrupos.
 - f) Deve incluir um gerenciador de documentos com opções de busca por arquivos.
 - g) Deve oferecer um editor de imagens digitalizadas com funcionalidades para corrigir rotação, remover bordas e alinhar.
 - h) Deve permitir a exportação para PDF e PDF/A pesquisável.
 - i) Deve permitir a exportação para JPEG, BMP e TIF.
 - j) Deve incluir um compactador de arquivos PDF.
 - k) Deve ser capaz de operar em servidor de dados, permitindo o compartilhamento do banco de dados entre diferentes computadores interligados em rede.
27. CONSULTORIA TÉCNICA:
- a) Deve ser fornecida consultoria técnica para a elaboração de normas e regulamentos internos que adaptem o funcionamento da ferramenta aos processos eletrônicos conforme os regulamentos do órgão contratante.
28. SUPORTE TÉCNICO:
- a) O fornecedor deve disponibilizar suporte técnico sempre que necessário via WhatsApp, e-mail, acesso remoto e telefone.
 - b) Deve ser oferecido treinamento para os servidores responsáveis pela utilização do software, no uso da ferramenta de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, devendo ser oferecido treinamento na inclusão de arquivos devidamente digitalizados na ferramenta de Gerenciamentos Eletrônicos.
 - c) Deve ser realizada a manutenção e atualização da ferramenta de Gerenciamento periodicamente.
29. RESPONSABILIDADE PELO TREINAMENTO:
- a) Todas as atividades de treinamento dos servidores do XXXXX para a verificação, organização, tratamento e inclusão dos arquivos na ferramenta de Gerenciamento Eletrônico serão de responsabilidade do contratado.
30. CONSULTORIA TÉCNICA PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:
- a) A elaboração de processos administrativos em formato eletrônico.
 - b) A criação de normas internas que regulamentem a adoção do formato eletrônico para expedição de documentos.

- c) A elaboração de regulamentos internos para a aplicação da Lei Federal nº 14133/2021, em conformidade com processos eletrônicos.
- d) A elaboração de minutas padrão de editais e contratos compatíveis com a adoção de processos eletrônicos.
6. CAPACIDADES DO SOFTWARE PARA LICITAÇÕES ELETRÔNICAS:
- a) O software deve possuir capacidade para a tramitação de processos licitatórios em formato eletrônico, com as seguintes características:
- I - Inclusão de documentos nos formatos PDF ou DOC.
- II - Assinatura utilizando certificado digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil instituído pela MP 2.200-2.
- III - Possibilidade de agrupamento de documentos, criando numeração cronológica e sequencial nas páginas dos processos.
- IV - Geração de sistema de validação e conformidade utilizando chave individual gerada e incluída no rodapé de cada documento, bem como geração de QR CODE para identificação.
- V - Possibilidade de inclusão de documentos gerados pelo sistema e assinados externamente.
- VI - Bloqueio para que o documento não possa ser editado após a sua primeira assinatura.
- VII - Exportação de documentos com certificação digital, individualmente ou em grupo.

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Art. 92, X, XI e XIV, da Lei ne. 14.133/2021

9. Providenciar os recursos necessários para a execução dos serviços contratados.
10. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.
11. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.
12. Prestar as informações e o suporte necessários à contratada para o adequado desempenho dos serviços.
13. Zelar pelo interesse público e pela qualidade na execução dos serviços contratados.
14. Comunicar eventuais alterações ou modificações no objeto do contrato de forma clara e tempestiva.
15. Cumprir com todas as obrigações legais relacionadas à contratação e execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, art. 92, inciso V e VI e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

16. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, de acordo com as seguintes etapas:



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- a) **ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:** O órgão público responsável pela contratação verifica se os serviços foram devidamente executados conforme o contrato e as especificações técnicas. Se estiverem de acordo, é emitido um aceite formal – emissão da NAF, autorizando a emissão da nota fiscal eletrônica.
- b) **EMISSÃO DA NOTA FISCAL OU FATURA:** Após a prestação dos serviços, e do aceite pela administração, a contratada emitirá uma nota fiscal ou fatura, detalhando os serviços prestados, quantidades, valores e demais informações pertinentes.
- I - O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: cisverde.contratos@yahoo.com e/ou contabilidadecisverde@yahoo.com.br.
- c) **PROCESSO DE PAGAMENTO:** Com base na nota fiscal ou fatura e no aceite dos serviços, o órgão público inicia o processo de pagamento. O que envolve a elaboração da liquidação da despesa, autorização de pagamento e demais trâmites administrativos internos.
- I - **OBSERVAÇÃO:** Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
- d) **EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO:** Após a conclusão do processo de pagamento, o órgão público realiza a transferência dos recursos financeiros para a empresa contratada, conforme os prazos estabelecidos neste contrato de até 30 dias da emissão da NAF e considerada a emissão da nota fiscal.
- e) **DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE** - Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021. Documentos referentes a regularidade Fiscal e Trabalhista que devem ser apresentados para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO, REACTUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILIBRÍO ECONÔMICO - FINANCEIRO (Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

17. Via de regra os preços **serão fixos e irajustáveis até o interregno de 1 (um ano)** contados da data de início da vigência deste contrato.
- a) Observando-se a anualidade e mediante solicitação formal da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados pelo contratante, utilizando-se o índice IGP-M/FGV, ou outro que vier a substituí-lo.
- a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- b) O reajuste será realizado por apostilamento.
18. Em casos excepcionais, será admitida a **reapactuação de preços**, com o objetivo de adequar-se ao preço de mercado, de acordo com os arts. 25, §7º, 131, parágrafo único da Lei n.º 14.133/21.
- a) Essa reapactuação deve ser justificada e demonstrada de forma analítica quanto às variações dos componentes dos custos para a execução do contrato. Como critério de reajuste, a empresa deverá retratar a variação efetiva dos custos para a prestação de serviços, admitida a adoção de índices específicos ou

setoriais, desde a data da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, observada as demais exigências contidas no art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

19. Alterações a este instrumento contratual, estando em consonância com o determinado no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- a) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
20. As repactuações a que o contrato fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

21. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento da prestação de serviços objeto deste contrato será proveniente da dotação orçamentária abaixo relacionada, ou aquela que vier a substituí-la:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.06.04.04.122.0007.33.90.40.236.00	236	1.500.00	OUTRO. SERV. TERC. P. JURÍDICA

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 155 e 92, da Lei nº. 14.133/2021)

22. A **CONTRATADA** ficará sujeita **pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, e seus demais anexos, às penalidades de:**
- a) **ADVERTÊNCIA** - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a **CONTRATADA** der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- b) **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA:**
- I - O valor referente à multa poderá, ser recolhido ao Consórcio, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- II - O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.
- III - É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial: Reparação integral do dano causado à Administração Pública, pagamento da multa, transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- c) **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO** - O contrato poderá ser extinto ou rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, observado o disposto nos artigos: 37, 38, 39, 137, 138 e 139, todos da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) **DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)** - É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento deverá ser anulado o contrato administrativo.
- g) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - Será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:
- a) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;**
- c) **Praticar ato lesivo** previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.**
- I - É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: Reparação integral do dano causado à Administração Pública; Pagamento da multa, se houver; Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver e Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.
- h) A aplicação das sanções então previstas será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- i) As penalidades estabelecidas neste instrumento não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.
- d) **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** - Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021) - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:
- I - Não manter a proposta ou não assinar o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
- II - Fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 36 (trinta e seis) meses.** A sanção por prestar declaração falsa durante a

execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

- III - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL - (Arts. 92, inciso VII, XIII, 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

23. **DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo secretário executivo do Consórcio ou pelo Agente de Contratação, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.
24. **DO FISCAL DO CONTRATO** - A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do Agente de Contratação Sr. Marco Antonio da Silva e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
- a) O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- c) Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante **termo detalhado**, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, **notificará a contratada**, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
25. **DA VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do contrato administrativo será da data de assinatura do Contrato Administrativo até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 106, § 2º c.c 107, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s), respeitada a vigência máxima decenal.
- a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.
27. **DOS CASOS OMISSOS** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

28. **A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709, DE 14/08/2018 (LGPD)** - Será obedecida, em todos os seus termos, pela **CONTRATADA e CONTRATANTE**, obrigando-se as partes ao tratamento dos dados que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade, nos termos do art. 7º, da LGPD).
29. **DA DIVULGAÇÃO** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
30. **DA SUBCONTRATAÇÃO** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
31. **DA PROIBIÇÃO** - É proibida a participação nesta licitação ou a contratação nos termos estabelecidos pela tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

32. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

Celso Gonçalves Antunes - Presidente
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CIS-VERDE**

CONTRATADA [inserir razão social]
CNPJ/MF n.º. [inserir número]